

ANO XXIII n. 93 25/6/2025

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Edital SEGP n. 6, 23 de junho de 2025](#)

Cientifica os Juízes Titulares interessados de que poderão, observada a antiguidade, apresentar impugnação à permuta em tela ou exercer o direito de preferência, no prazo de 8 (oito) dias contados após a publicação deste ato.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 24/6/2025, p. 10)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

[Ato GDGSET.GP n. 347, de 23 de junho de 2025](#)

Estabelece o horário de expediente do Tribunal Superior do Trabalho, no período de 2 a 31 de julho de 2025.

(DEJT/TST Cad. Adm. 24/6/2025, p. 1)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Resolução n. 626, de 24 de junho de 2025](#)

Altera a Resolução CNJ nº 483, de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB).

(DJe/CNJ 25/6/2025, p. 2-3)

[Resolução n. 627, de 24 de junho de 2025](#)

Dispõe sobre a criação do Fundo de Modernização do Conselho Nacional de Justiça.

(DJe/CNJ 25/6/2025, p. 3-5)

[Resolução n. 628, de 16 de junho de 2025](#)

Altera a Resolução CNJ nº 557/2024, que institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.

(DJe/CNJ 25/6/2025, p. 5)

[Recomendação n. 162, de 8 de junho de 2025](#)

Recomenda a concessão de um dia de ausência ao serviço, por ano, para a realização de exames preventivos de saúde nos órgãos do Poder Judiciário, sem a necessidade de compensação de horário.

(DJe/CNJ 25/6/2025, p. 5-6)

[Recomendação n. 163, de 16 de junho de 2025](#)

Estabelece diretrizes para a identificação e condução de processos estruturais.

(DJe/CNJ 25/6/2025, p. 7-8)

[Portaria Presidência n. 166, de 30 de maio de 2025](#)

Dispõe sobre os prazos para integração aos serviços do portal Jus.Br.

(DJe/CNJ 25/6/2025, p. 8-9)

[Portaria Secretaria-Geral n. 27, de 11 de junho de 2025](#)

Suspende os prazos processuais no período de 2 a 31 de julho de 2025, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

(DJe/CNJ 25/6/2025, p. 9)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[Decreto n. 12.527, de 24 de junho de 2025](#)

Altera o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente, e o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

(DOU 25/6/2025, Seção 1, p. 9-10)